



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE  
*SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA*  
[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)  
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)  
[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

# PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 / 2025

**São Domingos do Norte**  
**Junho de 2015**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)  
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)  
[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

**JOSÉ GERALDO GUIDONI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**EMERSON GROBÉRIO**  
**VICE PREFEITO**

**ELISON CÁCIO CAMPOSTRINI**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE  
*SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA*  
[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)  
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)  
[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

## **Comissão Municipal de Educação responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação de São Domingos do Norte , instituída pela Portaria Nº 6765 de 23 de março de 2015:**

### **Membros titulares:**

Elison Cácio Campostrini – Rep.SEMEC

Marta Martins Sossai - Rep.SEMEC

Maria Luzia Francisco – Rep. Professores das Escolas de Ensino Fundamental

Ricardo Quaresma - Rep. Professores das Escolas de Ensino Fundamental

Carmem Schineider da Silva - Rep. Professores das Escolas de Ensino Fundamental

Amanda Vitorino Scaramussa - Rep. Professores das Escolas de Ensino Fundamental

Kleber Tadeu Ferreira Moronari - Rep. Professores das Escolas de Ensino Fundamental

Valquiria Morello Tamanini - Rep. Professores das Escolas de Ensino Fundamental

Josilma Scaramussa Leopoldino – Rep. Professores das Escolas de Educação Infantil

Eva Maria Lopes Chodacki - Rep. Professores das Escolas de Educação Infantil

Inês Gôdio Zôtele - Rep. Professores das Escolas de Educação Infantil

Kenia Trevizani - Rep. Professores das Escolas de Educação Infantil

Max Sandro Orele – Rep. de Professores da Rede Estadual de Ensino

Antônio Luiz dos Santos – Rep. da Secretaria Municipal de Agricultura

Geane Albani Três Trevizani – Rep. do Sindicato do Trabalhadores Rurais

José Valdecir Santana – Rep. das Associações de Produtores Rurais

Sônia Maria Barbosa Trevisani – Rep. da Comissão de Educação / Câmara Municipal

Letícia Dalmazo Melotti – Rep. da Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Sânio Colnago Santiago – Representante do Poder Executivo

Maria Adão Mathias – Rep. do Conselho Tutelar

Edson Moreira de Araújo – Rep. da Associação dos Universitários



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)  
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)  
[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

## **Membros suplentes:**

Marileide Rubim Merote Rosa  
Egliene Trevesani  
Edinilza Peisino Zanetti  
Gislânea Pazinato Jacobsen  
Gleicimara Martinelli Zanotelli  
Gilmara Deprá de Sales  
Alessandra Marquesini  
Silvia Cristina Goltara Peisino  
Roselaine Hartuique de Oliveira  
Josiane Aparecida de Araújo Bohry  
Pablo Júnior Pizeta  
Maria Edenir Alves  
Marcia Adriana Piassi  
Rogerio Scaramussa  
Nilo José Luiz Cozzer  
Marcelo Ervatti Bravin  
Paulo César Bruni  
Gisele Maria Aliprandi Orelle  
Ordan de Fátima Piffer  
Eduarda de Souza Rodrigues



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)  
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)  
[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

## **EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO E SÍNTESE FINAL**

Elison Cácio Campostrini

**Secretário Municipal de Educação e Cultura**

Marta Martins Sossai

**Pedagoga da Semec/ Especialista e Mestre em Educação**

Maria Edenir Alves

**Pedagoga da Semec/ Especialista em Educação**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)  
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)  
[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

## SUMÁRIO

1-APRESENTAÇÃO .....	
2-INTRODUÇÃO .....	
3-DIAGNÓSTICO SÓCIO ECONÔMICO E EDUCACIONAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE..	
4-METAS E ESTRATÉGIAS DAS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE .....	
5-ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO .....	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)  
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)  
[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

## **APRESENTAÇÃO**

O Plano Municipal de Educação de São Domingos do Norte para o decênio 2015–2025, constitui-se em um planejamento de longo prazo, que abrange um conjunto de medidas para aperfeiçoar a participação cidadã, a gestão democrática, o financiamento da educação, a atualização do currículo, a valorização dos profissionais do magistério, entre outros, contendo metas e estratégias voltadas para a universalização, democratização da educação e oferta de uma educação de qualidade social, pautada nos valores humanos, na inclusão, igualdade, diversidade e promoção da justiça social.

Sua elaboração é resultado de um processo de construção coletiva, através da participação de diversos sujeitos sociais e políticos. Nesta construção foram realizados diagnósticos para verificação da real situação e necessidades educacionais do nosso município, tendo em vista os debates e discussões realizadas nas escolas e nas comunidades, bem como conferências com a participação da sociedade civil. Este processo além de estar em consonância com as perspectivas atuais de definição das políticas educacionais do Brasil, articula-se com os Planos Nacional e Estadual de Educação, vale lembrar que neste contexto recebeu influência decisiva de movimentos de mobilização da sociedade.

As metas e estratégias foram construídas na perspectiva da transformação e emancipação da educação do município, sendo delineadas com base na Legislação educacional e na realidade municipal por meio de um amplo diagnóstico da situação socioeconômica, demográfica e principalmente, educacional.

O presente PME é um desafio a ser enfrentado por todos os que direta ou indiretamente, estão envolvidos com a educação de São Domingos do Norte. Afinal, entendemos que a educação se caracteriza como um processo contínuo que começa na família, passa pela escola (espaço especializado para o aprender sistematizado), pelo movimento social, pelas organizações governamentais e movimentos culturais, prosseguindo por toda a vida. Se todos somos educadores temos que atuar, coletivamente, na luta pela formação de crianças, jovens,

adultos e idosos, que sejam autônomos e formadores para pensar e agir no mundo. A missão não é de um é de todos , pois se fortalece no coletivo.

Desejamos construir uma escola feliz, com docentes realizados como educadores e estudantes satisfeitos em seu processo de ensino e aprendizagem. E tudo isso, certamente, fará com que a sociedade lute por um mundo melhor, onde reinem a justiça social e a solidariedade, tendo como balizadora uma cultura de paz e uma pedagogia do amor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)  
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)  
[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

## INTRODUÇÃO

São Domingos do Norte concretiza um grande salto de qualidade educativa ao elaborar, de forma democrática e participativa, o Plano Municipal de Educação – PME, para os próximos dez anos. O PME trata do conjunto da educação, no âmbito Municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino.

Sua elaboração está preconizada no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, que em seu art. 8º declara: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei”. Obedecendo ao princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, preconizada na Constituição Federal Art. 206, Inciso VII, observando a gestão democrática de ensino e da educação, a garantia de princípios de transparência e impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança e o trabalho coletivo, a representatividade e a competência, foi construído o presente **Plano Municipal de Educação**, um plano decenal : 2014/2025. Ele requereu, de todos nós, que dele participamos com clareza e objetividade a respeito de qual educação queremos. A elaboração do PME contou com a liderança da Secretaria Municipal de Educação e Cultura , envolvendo os atores da rede municipal e estadual , confirmando a necessidade de articulação com todos os entes envolvidos na educação do município de São Domingos do Norte, num caráter democrático e participativo da sociedade , constituído por uma Comissão organizadora para sua construção, instituída pela Portaria Nº 6.765 de 23 de Março de 2015.

As etapas de elaboração do plano , contou com a realização de reuniões periódicas com a Comissão, de Pré-conferências que foram realizadas nas escolas e uma Conferência final realizada no dia 26 de maio do ano de 2015, em que participaram desse processo o Poder Público, segmentos sociais e entidades que atuam na área da educação e setores organizados da sociedade, dispostos a contribuir para a melhoria da educação municipal e na projeção de

metas e estratégias para compor o PME de São Domingos do Norte. Este processo de construção coletiva, com a demonstração de um forte espírito democrático, nos enche de esperança e nos aponta para um caminho em que a educação é alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade plena. Esperamos que o Plano Municipal de Educação de São Domingos do Norte aponte para uma Educação com qualidade e equidade , que contribua para a formação de cidadãos, com uma nova visão de mundo, em condições para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

Com a realização do presente Plano, se espera um grande avanço, por se tratar de um plano que envolve toda educação do município, considerando que sua aprovação pelo poder legislativo, e posterior transformação em lei sancionada pelo poder executivo, lhe conferirá poderes para ultrapassar os limites das diferentes gestões governamentais, garantindo assim a continuidade das políticas educacionais, numa articulação direta com os instrumentos de planejamento e financiamento da educação. Este documento em linhas gerais segue o roteiro do PNE e objetiva representar as expectativas da sociedade dominguense , respeitando seus ideais de integração, colaboração e de estabelecimento de uma perspectiva de continuidade para a política educacional do município de São Domingos do Norte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

[Rodovia Gether Lopes de Faria – Bairro Emílio Calegari s/n](#)

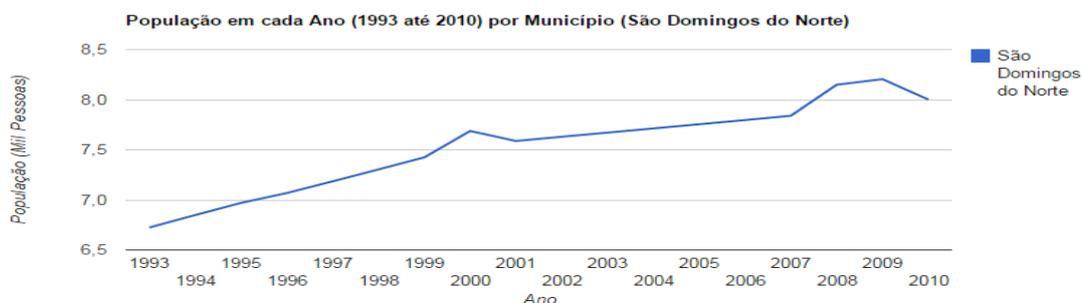
[São Domingos do Norte ES CEP: 29745-000](#)

[Telefone: \(027\) 3742-1250](#)

### 3- DIAGNÓSTICO SÓCIO , ECONÔMICO E EDUCACIONAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE:

De acordo com os primeiros **registros históricos** o município surgiu com a denominação distrital de São Domingos, pela lei estadual nº 265, de 22/10/1949, com território desmembrado do distrito de Alto Rio Novo, subordinado ao município de Colatina. Em 1953 foi elevado à categoria de município com a denominação de São Domingos, pela lei estadual nº 777, de 29/12/1953, sendo desmembrado de Colatina, porém , por decisão do Supremo Tribunal Federal, Acordo datado em 04/10/1955, foi anulado o ato de criação do município de São Domingos, em consequência do qual voltou à condição de distrito de Colatina. Em 1990 foi finalmente elevado à categoria de município com a denominação de São Domingos do Norte, pela lei estadual nº 4347, de 30/03/1990, desmembrado oficialmente de Colatina, sede do antigo distrito de São Domingos, atual São Domingos do Norte.

Localizado na região Noroeste do Estado do Espírito Santo , divisando com os municípios de Colatina , Pancas, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Vila Valério e Governador Lindemberg , em uma área total de 299 Km2 , com uma população de 8.001 habitantes (IBGE-2010) , sendo atualmente estimada em 8.652 habitantes concentrada principalmente na zona rural com 4.564 habitantes e 3.437 na zona urbana, tendo demonstrando nos últimos anos um tímido crescimento populacional como apresentado no gráfico abaixo.



Fonte: IBGE-Microdados do Censo/IBGE-Estimativa Ajustada da

População

Elaboração: IJSN (CEST)

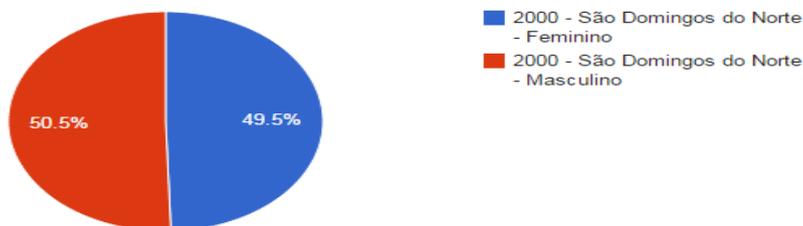


São Domingos do Norte possui um PIB per capita de R\$ 15.784,54 , com IDH médio de 0,682 , ocupando o 41º lugar no ranking dos municípios do Estado do Espírito Santo.

No que se refere aos **aspectos físicos e naturais** , o município apresenta o clima tropical úmido, com temperaturas que variam em 16°C a 35°C. O regime pluviométrico esta em torno de 1.100mm, com maiores tendências precipitações nos meses de outubro e março. A altitude média na sede é de 110 m e altitude máxima 450m. A rede hidrográfica é formada pelo Córrego São Domingos, que corta a cidade, Rio São José , Córrego S. Gonçalo , Córrego Dúmer, Córrego Braço do Sul , Córrego Sabiá , Córrego Morobá entre outros .

No plano econômico, de acordo com dados IBGE da totalidade da população economicamente ativa de São Domingos do Norte 50,5% corresponde a população masculina e 49,5 de feminina, conforme apresenta o gráfico abaixo.

População em Idade Ativa (Mil Pessoas) em cada Ano (2000), Município (São Domingos do Norte) e Gênero



Fonte: IBGE-Microdados do Censo  
Elaboração: IJSN (CEST)



Sua **base econômica** é oriunda da **Agricultura** , sendo os principais produtos café , milho, arroz , feijão , mandioca entre outros . Na **agropecuária** se destacam os bovinos de corte e leite, suínos e aves. O **setor industrial** destaca-se a confecção de roupas , serrarias , fábrica de móveis e Industrias mineradoras que atualmente ocupa lugar de destaque econômico no município. O **comércio e serviço** local não apresenta sofisticação porem é bem diversificado tendo condições de atender as necessidades básicas da população . O município conta com postos de gasolina , açougues , bares e lanchonetes , mercearias , supermercados , farmácias , oficinas mecânicas, hotéis , lojas em geral , borracharias , papelarias , clinica de Fisioterapia e estética , consultórios odontológicos , bancos , salões de beleza/ estética , cartórios , entre outros .

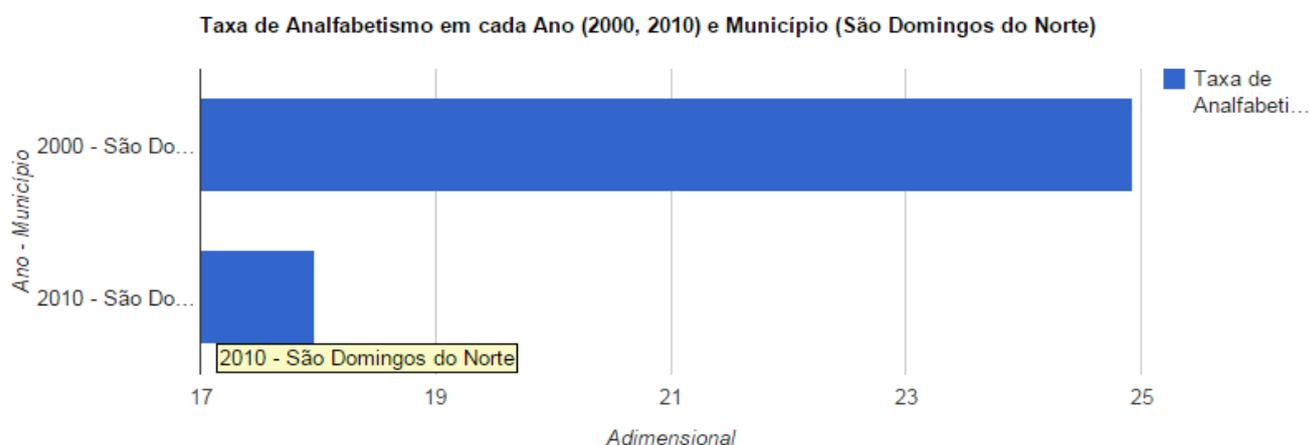
Apresenta, um IDHM-Índice de Desenvolvimento Humano de 0,710 (Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) . A tabela abaixo apresenta uma síntese das informações básicas do município:

Tabela 1. Informações sobre o Município de São Domingos Do Norte									
População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
Urbana	2000	169	66	446	190	476	397	989	2.733
	2007	194	106	486	151	468	513	1.185	3.103
	2010	187	106	490	182	463	602	1.407	3.437
Rural	2000	310	190	942	314	514	782	1.902	4.954
	2007	232	149	682	242	583	718	2.045	4.651
	2010	250	121	619	234	499	703	2.132	4.558
Total	2000	479	256	1.388	504	990	1.179	2.891	7.687
	2007	426	255	1.168	393	1.051	1.231	3.230	7.754
	2010	437	227	1.109	416	962	1.305	3.539	7.995
PIB(2)	IDH(3)	IDI(4)		Taxa de analfabetismo(5)					
88.296	0.71	0.70		População de 10 a 15 anos			População de 15 anos ou mais		
				2.50			17.20		

FONTE: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 E CONTAGEM 2007; (2) IBGE - 2008, A PREÇOS CORRENTES (1 000 R\$); (3) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - PNUD - 2000; (4) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA - UNICEF - 2004; (5) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000

NOTA: NO RESULTADO TOTAL DA POPULAÇÃO, O IBGE INCLUI A POPULAÇÃO ESTIMADA NOS DOMICÍLIOS FECHADOS ALÉM DA POPULAÇÃO RECENTEADA. NO CASO DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO PARTICIPARAM DA CONTAGEM A POPULAÇÃO É TODA ESTIMADA.

No que diz respeito à **educação**, de acordo com o levantamento elaborado a partir de censos demográficos disponibilizados pelo DATASUS que por sua vez utiliza fonte do IBGE, o município possui atualmente 669 analfabetos ( população acima de 15 anos de idade ) perfazendo uma taxa que representa o percentual de 10,81% ( aproximado ) em relação a população total.

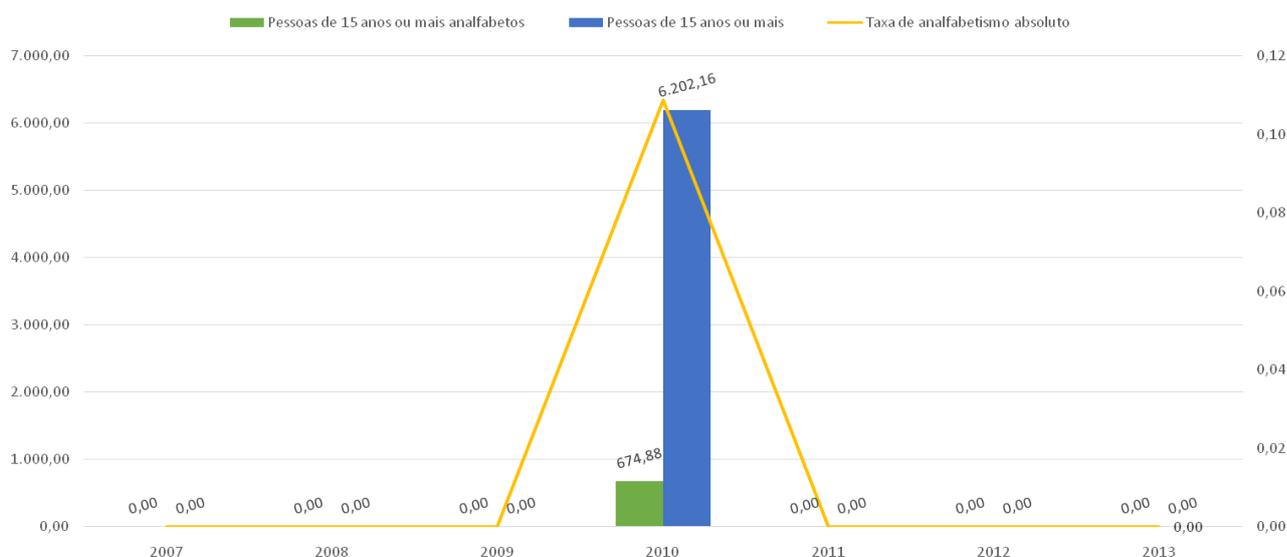


Fonte: IBGE-Microdados do Censo

Elaboração: IJSN (CEST)



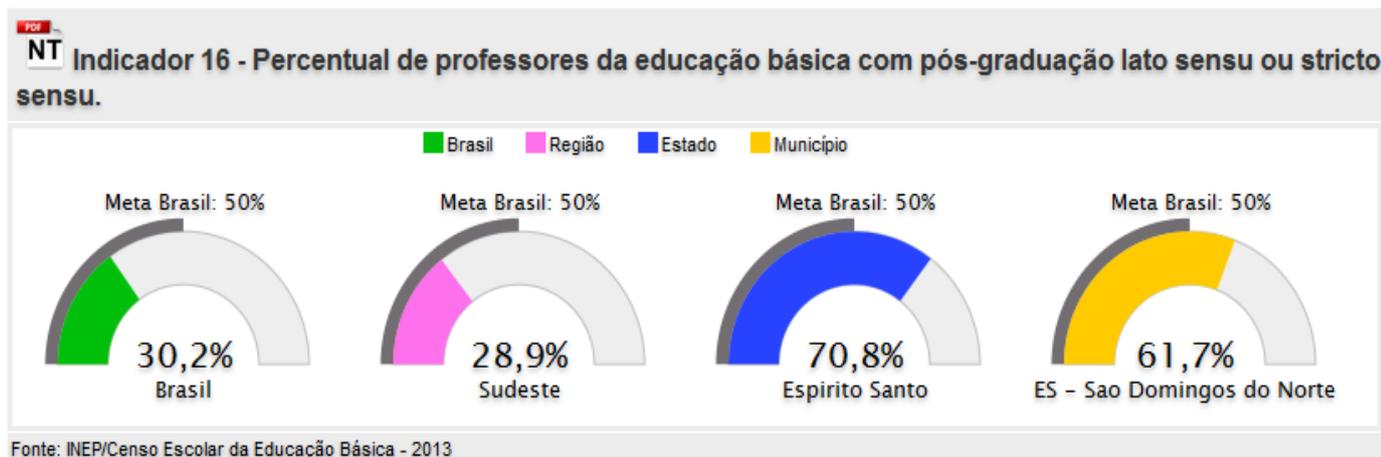
Vale ressaltar que estes índices, atualmente melhoraram, devido a várias ações e programas de combate ao analfabetismo que vem sendo implementadas desde o ano 2000 tomadas desde o ano 2000. A posição do município no ranking nacional e de 3.724º lugar e no ranking estadual 74º lugar. O gráfico abaixo representa dados que indicam a situação de analfabetismo no município, trazendo uma projeção do número de pessoas que devem ser alfabetizadas, para cumprimento da Meta de 93,5% até o final da Vigência do Plano Nacional de Educação.



A superação do quadro de pessoas não alfabetizadas e de analfabetismo funcional requer, sobretudo esforços coletivos de órgãos públicos estadual e municipal.

O art. 67 da LDB determina que os sistemas de ensino promovam a **valorização dos profissionais da educação** assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim, piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho e condições adequadas de trabalho. A Lei nº 11.494/2007 define quem são os profissionais do magistério, conforme estabelece o art. 22, inciso II, são os docentes e os profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica. O quadro de profissionais da educação do município de São Domingos do Norte, possui hoje **114 professores**, destes 39 efetivos e 75 contratados temporários e **125 outros profissionais**: Motoristas, aux.de serviços gerais, serventes, vigias, aux. de secretaria escolar, monitores de transporte escolar

, nutricionista, fonoaudiólogo, carpinteiros, trabalhadores braçais, pedreiro, aux. de biblioteca, escriturário, monitor digital e aux.administrativo, sendo 29 efetivos e 96 contratados temporários atuando na Educação. No que se refere ao grau de formação dos professores, atualmente 61,7%, segundo gráfico abaixo, possuem Nível superior e Pós Superior: lato sensu e stricto sensu.



A gestão de capacitação continuada dos professores ainda não é uma prática aberta, tendo em vista que as decisões em relação aos conteúdos discutidos nas capacitações são tomadas na SEMEC, muitas vezes não levando em conta as necessidades das modalidades de ensino, devido ao número pequeno de professores em algumas áreas como: Ciências, Matemática, Arte, Ensino Religioso e Educação Física.

O município participa de formações de âmbito federal e estadual como o PNAIC e Formação Integrada SEDU/UNDIME, no entanto há necessidade de se ter formações voltadas à prática nos anos finais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação Especial. Vale destacar também a necessidade de Formação Continuada dos Auxiliares de Secretaria Escolar e Pedagogos. Um fato observado é a falta de profissionais especialistas para atender, junto as escolas auxiliando o trabalho docente como: Psicopedagogos e psicólogos, pois atualmente atende as escolas somente um fonoaudiólogo.

O magistério de São Domingos do Norte teve o seu Estatuto e Plano de Carreira aprovados em 1999, vinculados ao regime previdenciário do INSS- Instituto Nacional de Previdência Social. O município cumpre o Piso Salarial Nacional desde a sua aprovação pelo governo federal. A concepção de valorização dos profissionais da educação, assumida neste Plano Municipal de Educação de São Domingos do Norte, concretiza-se através da interrelação entre duas dimensões: uma objetiva, que diz respeito às condições funcionais inerentes à profissão, como carreira, remuneração, condições de trabalho e formação e outra subjetiva que se refere ao reconhecimento social e dignidade profissional. Neste sentido, pensar a

valorização dos profissionais da educação, demanda discussões e ações que articulem formação, remuneração, carreira e condições de trabalho.

Percebe-se, na sociedade atual, ênfase muito grande no valor da educação, porém, ao mesmo tempo, não existe a valorização do professor de maneira adequada, o que suscita questionamentos profundos sobre o papel do educador e os cuidados específicos com a sua formação. A valorização dos profissionais da educação é condição fundamental para garantia do direito à educação e, conseqüentemente, ao acesso do educando à escola de qualidade social, sendo uma obrigação dos sistemas e base da construção da identidade profissional. Neste contexto promover a elaboração/adequação dos planos de carreira é fundamental, bem como a formação continuada e a titulação dos profissionais da educação.

Além da formação inicial e continuada, é preciso que a política desta valorização e formação do profissional da educação garanta o acesso a diversos meios e equipamentos que possibilitem a busca de informações, conteúdos e vivências para a ampliação do conhecimento pessoal (visitas, excursões, encontros, bibliotecas, computadores, internet). Vale ressaltar que no planejamento das ações educacionais do Município, a questão da valorização dos profissionais da educação deve receber atenção especial, pois o fazer pedagógico é uma interação constante entre necessidades e possibilidades de as crianças construir seus conhecimentos. Essa política de valorização e formação dos profissionais da educação deverá abranger, além dos professores, todos os demais profissionais que atuam no processo educativo, pois a intervenção do professor e de outros funcionários são decisivas no fazer pedagógico cotidiano, ao organizarem a proposta pedagógica; ao questionarem; ao adequarem os interesses; ao lançarem desafios; ao proporem metodologias diferenciadas e inovadoras; ao respeitarem a diversidade. O profissional deve ser, acima de tudo, comprometido com o desenvolvimento da pessoa humana e, por isso, toda qualificação deverá ser oportunizada. A partir das considerações mencionadas, é imprescindível que o planejamento das ações educacionais do Plano Municipal de Educação de São Domingos do Norte, garantam as conquistas do plano de cargos, carreira e vencimentos, para todos os profissionais da rede pública municipal de educação; que o tempo remunerado para formação e planejamento das atividades, o tempo de serviço e a formação sejam reconhecidos e valorizados, que haja um número máximo de estudantes por turma, melhores condições de trabalho, mais e melhores recursos didáticos, o que significa qualidade do ensino e valorização dos profissionais. Nessa perspectiva, a valorização dos profissionais da educação é concebida neste PME, articulando formação, remuneração, carreira e condições de trabalho, aspectos estes materializados nas metas e estratégias, tendo como base os princípios e as políticas educacionais em nível

nacional e estadual, com destaques para a LDB, Lei nº 9394/96 e o Plano Nacional e o Estadual de Educação.

Para garantir a efetivação de tais princípios e ações educacionais, vale destacar o **financiamento da educação** como elemento estruturante para a organização e o funcionamento das políticas públicas educacionais. Assim sendo, mesmo que não seja fator suficiente e nem exclusivo, o financiamento se apresenta como condição necessária para a universalização do direito à educação pública de qualidade.

Em termos de financiamento para a educação, a Constituição Federal (Art. 212) garante percentuais mínimos da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo 18% da receita da União e 25% da receita dos estados, Distrito Federal e municípios, incluindo-se as transferências ocorridas entre esferas de governo e o salário-educação. A este respeito, torna-se importante ressaltar que a vinculação de recursos prevista na Constituição Federal não tem atendido às reais necessidades da educação, dificultando a superação dos problemas evidenciados. Assim sendo, a sociedade como um todo tem se mobilizado no sentido de elevar os recursos financeiros para a melhoria da educação. Uma das propostas defende a ampliação do percentual do PIB investido em educação até o patamar de 10%, com a definição de outras fontes de recursos financeiros, além dos impostos, para todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Na atualidade, assiste-se a um movimento em favor da ampliação de recursos financeiros que precisa, necessariamente, ser acompanhada por ações de regulação do regime de colaboração entre União, Estados, e Municípios. Assim, além da garantia dos recursos financeiros, deve-se primar pela gestão adequada dos recursos e de mecanismos de gestão democrática como instrumento de construção pedagógica e controle social dos recursos destinados à educação. No âmbito deste Plano Municipal de Educação, com base nos aportes legais acerca do financiamento da educação brasileira e naquilo que orienta o Plano Nacional e Estadual de Educação, ratifica-se a estrita relação entre o financiamento, a educação e controle social. Conforme a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu art.11, o município só pode aplicar os 25% da receita de impostos no Ensino Fundamental e na Educação Infantil e somente recursos acima deste percentual poderá ser para outras modalidades. Os percentuais fixados pela Constituição é o “mínimo” que o governo deve destinar ao ensino, podendo ser maior, quando prevista na Lei Orgânica municipal.

São Domingos do Norte atualmente, conforme dados apresentados pelo Ministério da Educação (Janeiro/2015), possui uma arrecadação total de R\$ 844.024,84 destes, a receita

vinculada ao FUNDEB é de aproximadamente R\$ 302.466,98 (FUNDEB – Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica), além de outros recursos destinados de Programas federal e estadual .

**São Domingos do Norte - ES**  
**Janeiro/2015**

<b>Decêndio</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>Total</b>
<b>FPM</b>	257.353,50	89.984,68	194.077,81	541.415,99
<b>ITR</b>	9,82	43,88	46,28	99,98
<b>IOF</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>CIDE</b>	0,00	41,89	0,00	41,89
<b>FEX</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ICMS LC 87/96</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ICMS LC 87/96-1579</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FUNDEF</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FUNDEB</b>	53.013,11	118.395,86	131.058,01	302.466,98
<b>Total</b>	310.376,43	208.466,31	325.182,10	844.024,84

**Origens do FUNDEB**

<b>Decêndio</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>Total</b>
<b>FPM</b>	19.648,83	6.870,29	14.817,75	41.336,87
<b>FPE</b>	16.267,79	5.688,10	12.268,01	34.223,90
<b>IPI-EXP</b>	5.555,38	3.303,29	920,97	9.779,64
<b>Complementação da União</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Lei Complementar Nº 87</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ITR</b>	23,43	39,75	3,53	66,71
<b>IPVA</b>	474,17	1.787,57	1.017,01	3.278,75
<b>ITCMD</b>	1.417,76	470,07	371,29	2.259,12
<b>ICMS</b>	9.625,75	100.236,79	101.659,45	211.521,99
<b>Total</b>	53.013,11	118.395,86	131.058,01	302.466,98

Segundo a LDB (art. 68), além da parcela dos impostos e das transferências constitucionais vinculadas ao ensino, os recursos públicos para a educação são ainda originários de:

- receita do salário-educação e outras transferências;
- receita de incentivos fiscais;
- outros recursos previstos em lei: PNATE - Programa Nacional de apoio ao transporte do escolar .

Programa Caminho da Escola , PNAE – Programa Nacional de alimentação escolar, PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola.

Os programas e recursos visam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para a construção da autonomia da escola pública e pressupõe a participação da comunidade escolar por meio dos Conselhos que são associações sem fins lucrativos, com denominações diversas (Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar, Conselho do FUNDEB , Conselho Municipal da Educação , Conselho de Alimentação Escolar , etc.), compostas por pessoas da

comunidade e com participação ativa e sistemática na gestão democrática financeira, administrativa e pedagógica da escola e da educação como um todo.

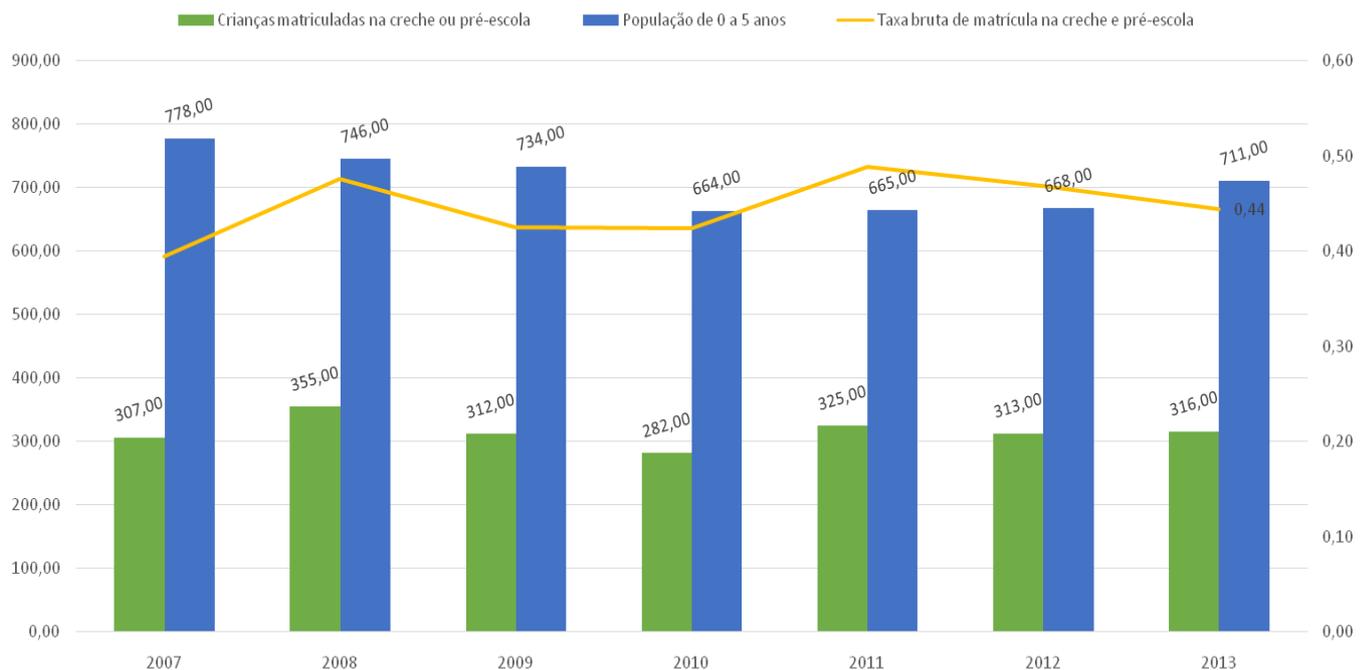
Para participar dos programas, todas as escolas públicas com mais de 50 (cinquenta) alunos matriculados na Educação Básica deverão, obrigatoriamente, constituir suas respectivas Unidades Executoras (UEX), condição que é facultativa para as escolas públicas, com até 50 (cinquenta) alunos matriculados. A educação pública também pode contar com outras fontes de financiamento, como empréstimos junto a organismos nacionais e internacionais e captação de recursos junto a organizações não governamentais, empresas privadas e comunidade em geral.

Os recursos do Fundo são destinados aos Estados e Municípios que atendem alunos da Educação Básica em suas respectivas redes de ensino público, de acordo com os dados constantes do Censo Escolar mais atualizado. Para efeito da distribuição dos recursos do Fundo, as matrículas da Educação Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos foram consideradas gradualmente, porém a partir de 2009 já são consideradas no FUNDEB a sua totalidade, tal qual o Ensino Fundamental regular e Especial. Os valores devidos a cada Estado e a cada Município são calculados levando-se em consideração o montante de recursos que formam o Fundo no âmbito de cada Estado e o número de alunos da educação básica atendidos pelo Estado e pelos Municípios. Os recursos do FUNDEB devem ser empregados em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino da Educação Básica pública, conforme disposto no Art. 70 da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Na aplicação dos recursos deve ser assegurada uma parcela mínima de 60% destinada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício, e o máximo de 40% em outras ações de MDE- Manutenção e Desenvolvimento da Educação, observando os artigos 70 e 71 da LDB.

A **Educação Infantil**, oferecida em creches e pré escolas, em espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Diretrizes Curriculares nacionais para a educação Infantil – Res. Nº 5 de 17/12/2009) se caracteriza como a primeira etapa da Educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança nesta faixa etária, em seus aspectos físicos psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. O reconhecimento da educação infantil como estágio inicial da educação básica representou uma das grandes conquistas da constituição federal de 1988 e da LDB reconhecendo sua

importância como momento de iniciação da criança no processo educativo. São Domingos do Norte após sua instalação (1993) até 1996 a Educação infantil contava com 2 escolas , uma na sede e outra na Zona rural.

A partir de 1997 iniciou um processo de ampliação desta modalidade com a criação de uma Creche na sede do município atendendo crianças de 0 a 5 anos e salas de pré escolas nas instituições de Ensino Fundamental na Zona rural , tendo um aumento consideravelmente em suas matrículas conforme apresentado gráfico e tabela abaixo :



Ano	Crianças matriculadas na creche ou pré-escola de 0 a 5 anos	População de 0 a 5 anos	Taxa líquida de matrícula na creche e pré-escola
2007	263,00	778,00	0,34
2008	301,00	746,00	0,40
2009	254,00	734,00	0,35
2010	263,00	664,00	0,40
2011	303,00	665,00	0,46
2012	301,00	668,00	0,45
2013	297,00	711,00	0,42

Atualmente a Educação Infantil do município conta com : 02 CMEIs – Centro Municipal de Educação Infantil e 8 salas de pré escolas anexas as Escolas de Ensino Fundamental , com aproximadamente 313 alunos matriculados e 28 professores especializados nesta modalidade como apresentado na tabela abaixo:

**DESCRIÇÃO TOTAL DE ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE NOS ANOS 2013, 2014 E 2015**

ESCOLAS	TOTAL DE ALUNOS			TOTAL DE PROFESSORES		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
CMEI Criativo	77	80	86	5	5	6
CMEI Vovo Zezé	123	126	131	11	11	13
EMEF Braço do Sul	12	18	18	1	1	1
EMEF Córrego da Divisa	11	10	10	1	1	1
EMEF Córrego Dumer	20	38	30	1	1	2
EMEF Córrego Ferrugem	9	8	4	1	1	1
EMEF Patrimônio de Santo Antônio	25	17	15	1	1	1
EPM Fazenda Santa Helena	9	5	5	1	1	1
EUM Adventista de Bela Vista	11	9	10	1	1	1
EUM Patrimônio de São Francisco	9	5	3	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>306</b>	<b>316</b>	<b>313</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>28</b>

Entretanto , a expansão das redes escolares apenas , não é condição suficiente para atender educação infantil. O provimento de condições pedagógicas em Propostas Pedagógicas, processos pedagógicos , formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais envolvidos na Educação Infantil e de condições de funcionamento e manutenção , são alguns desafios da Educação do Município, bem como melhorar os índices de crianças que freqüentam a escola nesta modalidade , principalmente às crianças de 0 a 3 anos de idade como mostra o gráfico abaixo.



O **Ensino Fundamental**, obrigatório para todos, por definição constitucional, e gratuito na Escola Pública, deve atender, dentro deste mesmo princípio todas as pessoas na idade própria. É um dos níveis da Educação Básica no Brasil, cuja responsabilidade de garantir o acesso das crianças a ele é das escolas públicas municipal e estadual. Nas escolas públicas é obrigatório e gratuito, destinado a crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos de idade. O processo de universalização do acesso ao ensino fundamental na década de 1990, representa inegável avanço na história educacional brasileira, principalmente em relação a garantir o ensino público no Brasil. O Ensino Fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, através de meios básicos o pleno domínio da leitura da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Em consequência da Municipalização desta etapa de ensino, desenvolvida principalmente em 1998 e 2005/2006 parte das escolas da rede pública estadual foi transferida para a rede municipal, deste modo considerando o número de escolas, a rede municipal detém maior oferta de Ensino Fundamental, concentradas nas EMEF – Escolas Municipais de Ensino Fundamental e nas E.U.M. – Escolas Unidocentes municipais, a maioria situadas na Zona Rural. A tabela abaixo registra os dados referentes a taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental de estudantes de 6 a 14 anos entre os anos de 2007-2013 no município:

Ano	Matrículas no Ensino Fundamental de 6 a 14 anos	Pessoas de 6 a 14 anos	Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental
2007	1.178,00	1.163,00	1,01
2008	1.173,00	1.098,00	1,07
2009	1.135,00	1.082,00	1,05
2010	1.165,00	1.109,00	1,05
2011	1.150,00	1.116,00	1,03
2012	1.223,00	1.120,00	1,09
2013	1.210,00	1.193,00	1,01

Observa-se claramente a universalização do Ensino Fundamental na cidade de São Domingos do Norte, sendo a rede municipal a maior detentora da matrícula das crianças na faixa etária de 6 a 14 anos de idade com cerca de 856 alunos e 88 professores , conforme demonstra a tabela a seguir:

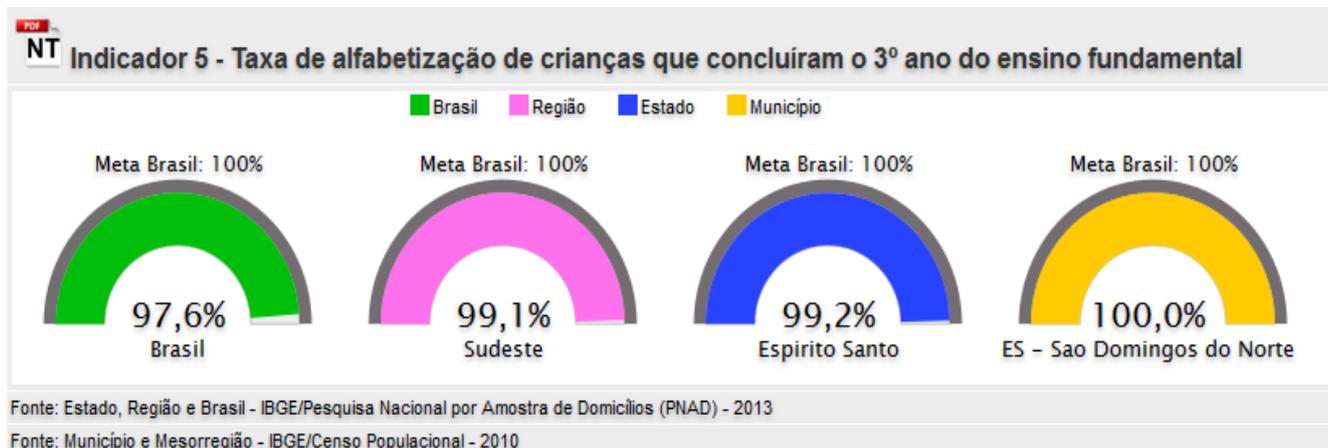
**TOTAL DE ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE NOS ANOS 2013, 2014 E 2015**

ESCOLAS	TOTAL DE ALUNOS			TOTAL DE PROFESSORES		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
EMEF Ananias Custódio	173	206	240	11	16	20
EMEF Braço do Sul	129	126	146	10	10	12
EMEF Córrego da Divisa	70	77	70	8	10	12
EMEF Córrego Dumer	136	148	136	11	12	13
EMEF Córrego Ferrugem	46	28	30	3	3	3
EMEF Patrimônio de Santo Antônio	63	76	86	11	10	11
EPM Fazenda Santa Helena	32	27	30	3	3	3
EUM Adventista de Bela Vista	5	10	11	1	1	1
EUM Adventista de Morobá	17	17	21	1	1	2
EUM Braço do Sul	9	12	10	1	1	1
EUM Córrego Feio	3	5	8	1	1	1
EUM Córrego Negro	5	6	6	1	1	1
EUM Córrego São Gonçalo	7	4	6	1	1	1
EUM Manoel Rozindo da Silva	10	6	5	1	1	1
EUM Maria Mariane	17	23	19	1	1	1
EUM Patrimônio de São Francisco	18	16	24	3	3	4
EUM São Paulo da Cruz	9	12	8	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>749</b>	<b>799</b>	<b>856</b>	<b>69</b>	<b>76</b>	<b>88</b>

Através de debates e articulações com a comunidade escolar, este nível de ensino passou pela ampliação, estendendo-se sua duração para 9 anos, com a inclusão das crianças de 6 anos de idade nas escolas do nível fundamental e representando o momento do processo educativo, que propicia aos estudantes o domínio progressivo da leitura, da escrita e do cálculo, como elementos para a compreensão e solução de problemas, bem como para a ampliação da capacidade de acesso ao conhecimento. É importante implementar ações efetivas que garantam a permanência bem sucedida no processo escolar, com o domínio das aprendizagens fundamentais no ensino fundamental. Rever o currículo, as práticas docentes, o processo pedagógico e a aplicação de medidas fundamentadas nos resultados da avaliação são necessidades urgentes a superar.

O Plano Nacional de Educação prevê a alfabetização de todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, tendo como indicadores de resultado a taxa de alfabetização e a porcentagem de crianças do 3º ano do ensino fundamental com aprendizagem adequada em leitura, escrita e matemática aferida por meio de uma avaliação nacional em larga escala - a Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA.

Em São Domingos do Norte a taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino fundamental é de 100% como mostra os dados da tabela abaixo.



Para esse resultado foram necessárias várias ações pedagógicas como: reuniões periódicas, planejamentos semanais, acompanhamento dos professores, formação continuada, entre outros. Em 2013 foi implementado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), ofertado em parceria com o governo federal, objetivando o melhor desenvolvimento das práticas alfabetizadoras, principalmente em português e matemática, também foi instituída a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), com o objetivo de avaliar a aprendizagem dos estudantes na fase final do Ciclo de Alfabetização. O Município participa desde o ano de 2010 de outros programas de avaliação como: Prova Brasil, Provinha Brasil

e PAEBES - Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo realizada em parceria com a rede estadual de ensino . No ano de 2014 os alunos do 1º, 2º e 3º anos e 5º e 9º anos foram avaliados nas disciplinas : Língua portuguesa/leitura e escrita , matemática , geografia e história , obtendo padrões de desempenho Básico e Proficiente.

Podemos analisar, que ainda é grande o desafio no ensino fundamental , principalmente nos anos finais , muitos esforços deverão ser implementados para o cumprimento deste desafio.

Em relação ao Ensino Fundamental anos finais constatamos, através do resultado do Prova Brasil , apresentado no gráfico abaixo , resultados que comprovam a necessidade de esforços para melhorar os índices de rendimento.

Tabela 4-A. Resultado da Prova Brasil - Rede Estadual em São Domingos Do Norte					
SÉRIE/ANO	Ano	Matemática	Língua Portuguesa	Padronização Matemática	Padronização Língua Portuguesa
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	194.92	189.55	5.15	5.11
	2007	192.42	168.96	5.05	4.36
	2009	207.40	185.73	5.63	4.97
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	243.72	223.04	4.79	4.10
	2007	236.61	222.60	4.55	4.09
	2009	226.46	222.64	4.22	4.09

**O Ensino Médio** etapa final da educação básica , com duração mínima de 3 anos , tendo como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental , e preparação básica para o trabalho e cidadania , seu aprimoramento como pessoas humanas e a compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos . Conforme disposto na LDB, Lei 9394/96 cabe ao Estado assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade o Ensino Médio. O Ensino Médio enfrenta na atualidade um duplo desafio: a ampliação do acesso principalmente mediante o ingresso de jovens de 15 a 17 anos na escola e a crescente melhoria da qualidade das aprendizagens. São Domingos do Norte possui apenas uma Unidade Escolar nesta modalidade , a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “São Domingos” , pertencente a rede estadual de ensino. Atualmente conta com aproximadamente 221 alunos matriculados, a partir do anos 2008/2012 apresentou um crescimento médio de matrículas , obtendo uma taxa de escolarização média de 52,27% , tendo um pequeno declínio nos anos seguintes , apresentado nas tabelas abaixo:

Tabela 2. Taxa de Escolarização Líquida no Município de São Domingos Do Norte

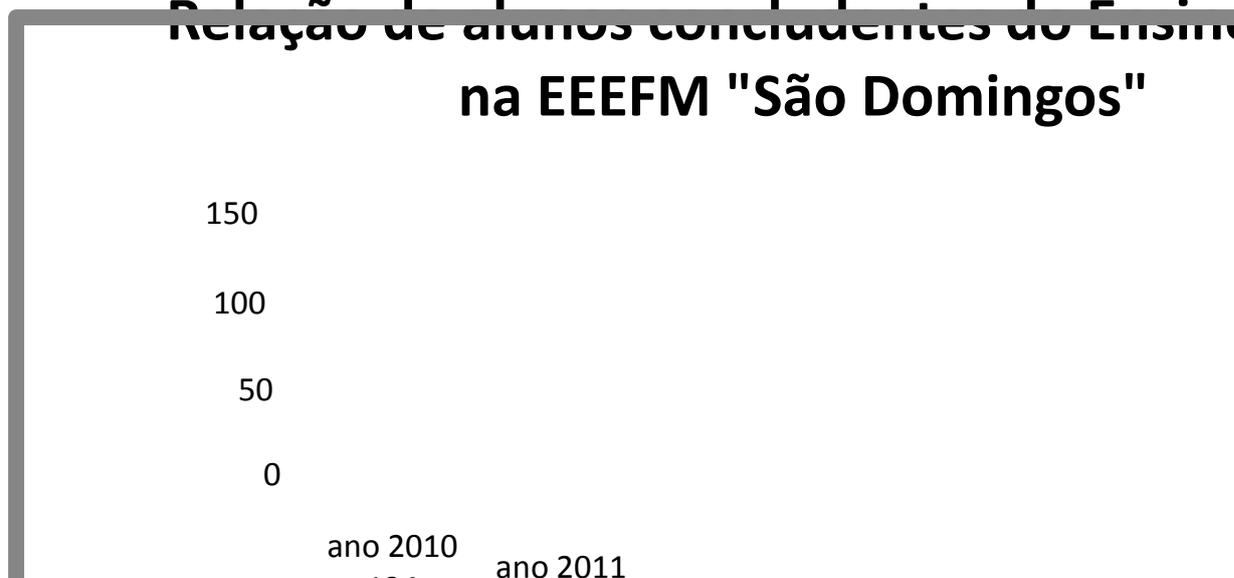
Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
80.86	52.27

FONTE:1) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010.

Ano	Pessoas matriculadas no ensino médio de 15 a 17 anos	População de 15 a 17 anos	Taxa líquida de matrícula do Ensino Médio
2007	211,00	442,00	0,48
2008	231,00	409,00	0,56
2009	252,00	397,00	0,63
2010	265,00	416,00	0,64
2011	265,00	391,00	0,68
2012	242,00	391,00	0,62
2013	191,00	416,00	0,46

De maneira geral o ensino médio apresenta uma queda na taxa de aprovação entre os anos de 2010 a 2014 , dados estes pesquisados pela Escola , apresentado no gráfico abaixo. Esses dados indicam a necessidade de um esforço maior do estado em políticas que garantam a aprendizagem e a permanência dos jovens , principalmente os que estão ingressando nesta etapa de educação básica, pois conforme orientações do Plano Nacional de Educação a taxa líquida de matrícula deve ser elevada em 85% até o final de vigência deste Plano.

## Relação de alunos concluintes do Ensino na EEEFM "São Domingos"



No geral os dados apresentados apontam também para a necessidade do fortalecimento entre as redes municipal e estadual na oferta do ensino fundamental , anos finais e na rede estadual a oferta do ensino médio, para que as metas do IDEB possam então serem alcançadas. E importante ressaltar que 2007 a 2011 a média Estadual do IDEB no Ensino Médio apresenta-se também inferior à média nacional e à média da região sudeste, refletindo o baixo rendimento no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM conforme apresentado na tabela abaixo. Estes resultados mostram a necessidade da formulação de novas políticas voltadas para a expansão e melhoria do Ensino Médio.

Tabela 5. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM - Redes em São Domingos Do Norte			
Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009		
Rede Estadual	2009	453.39	513.12
Rede Municipal	2009		
Rede Privada	2009		

**A Educação de Jovens e Adultos –EJA** é uma modalidade de ensino integrante da Educação Básica, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria. Ela vem se destacando cada vez mais na sociedade brasileira, por considerar que o domínio de habilidades de leitura e escrita são condições essenciais para o enfrentamento das exigências do mundo contemporâneo. Assim sendo, ressalta que as atuais mudanças na divisão e organização do trabalho capitalista exige dos profissionais a elevação no nível de conhecimento, especialmente aqueles repassados pela escolarização, bem como uma preparação mais qualificada dos jovens, adultos e idosos, para a vivência da cidadania crítico participativa.

O atendimento aos jovens e adultos com 15 anos ou mais , é realizado no Município através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em parceria com a Superintendência Regional de Educação de Colatina, com formação de classes de alfabetização nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental através do Programa “Brasil Alfabetizado” e estudos supletivos oferecida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “São Domingos” .

São Domingos do Norte possui uma taxa de alfabetização de Jovens e adultos de aproximadamente 89% , conforme tabela abaixo:

Ano	Pessoas de 15 anos ou mais que sabem ler	Pessoas de 15 anos ou mais	Taxa de alfabetização 15 anos ou mais
2007	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00
2010	5.527,27	6.202,16	0,89
2011	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00

De acordo com o gráfico abaixo o número de matrícula na Educação de Jovens e Adultos vem progressivamente aumentando no município , representando um avanço no atendimento nesta modalidade.

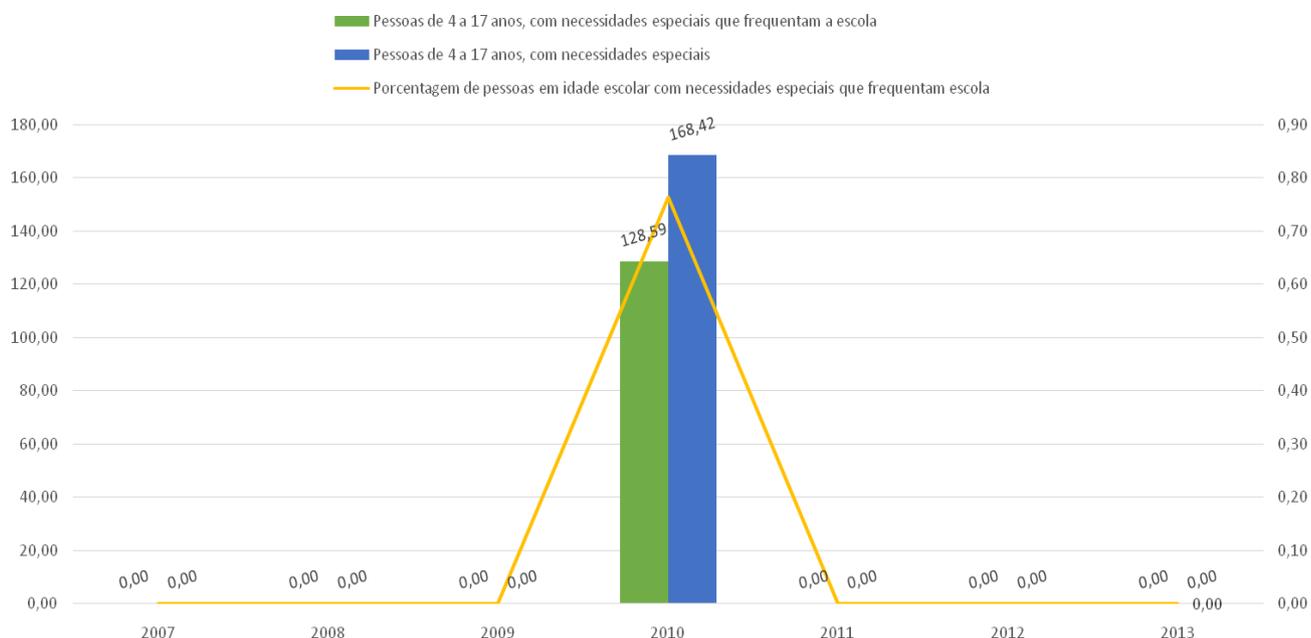
Ano			Número de matrículas no EJA
2007			7,00
2008			15,00
2009			16,00
2010			16,00
2011			81,00
2012			141,00
2013			117,00

Entretanto é importante destacar que em determinadas localidades os alunos iniciam as aulas empolgados mas alguns desistem antes de finalizar a etapa escolar. Essa evasão é resultado de vários fatores : Dificuldade de freqüentar as aulas devido a árdua jornada de trabalho no período de colheita de café , mudança constante de residência , cuidar da família e da casa , dificuldade de deslocamento do aluno para freqüentar as aulas entre outros.

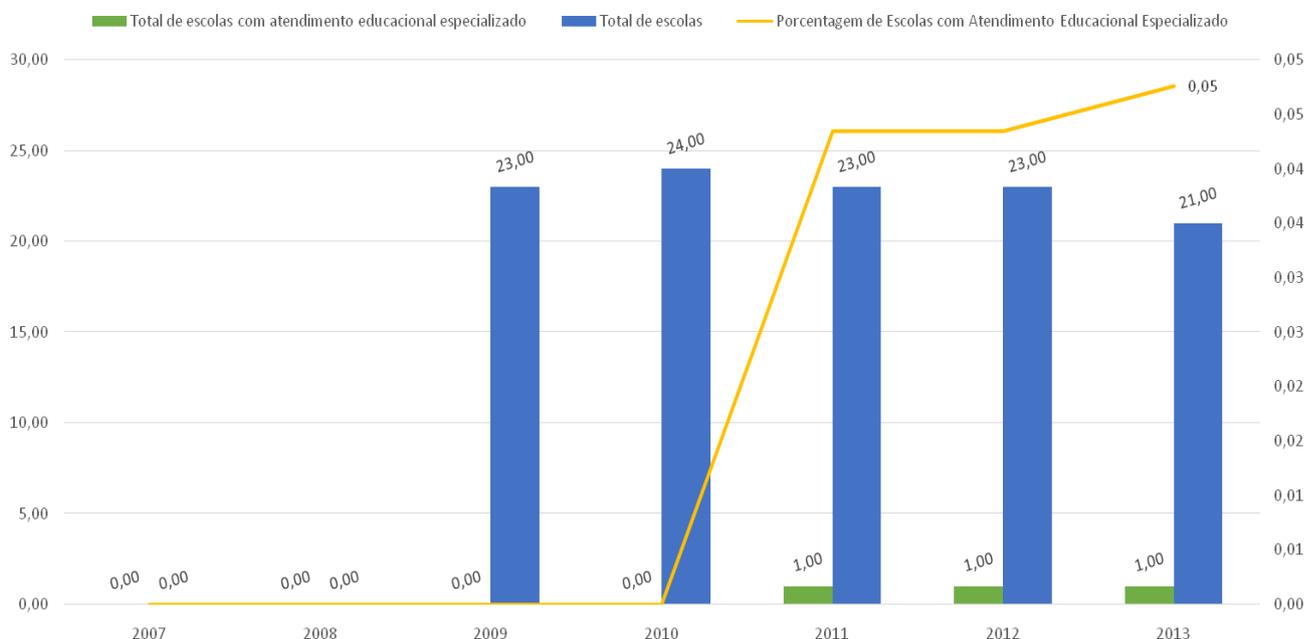
**A Educação Especial e Inclusiva** é uma modalidade de ensino que transversaliza os níveis, as etapas e as modalidades de ensino, oportunizando aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, o acesso, a permanência e as aprendizagens significativas na escola, na Perspectiva da Educação Inclusiva. A pessoa com deficiência tem direito a educação pública e gratuita assegurada por lei , preferencialmente na rede regular de ensino e , se for o caso à educação adaptada as suas necessidades em escolas especiais conforme estabelecidos nos artigos 58 e seguintes da Lei Federal nº 9394/96 , art. 24º do Decreto nº 3298/1999 e art.2º da Lei nº 7853/1989.

Dados demográficos do Censo de 2010 , referentes à população de pessoas com deficiência entre 10 a 17 anos em relação ao total da população brasileira , mostram que há 23,44% de pessoas deficientes no Brasil. No Município de São Domingos do Norte , de acordo

com o IBGE /Censo populacional , verifica-se entre população de 4 a 17 anos de idade , um quantitativo de 87 pessoas com deficiência desses 53 freqüentam a escola , conforme apresenta o gráfico abaixo:



oferecidos em parceria com o Governo do Estado , operacionalizado nas Salas de Recursos , classes comuns com a colaboração de professores de apoio e ou estagiários , evidenciando a garantia de direito destes estudantes em conviver nos espaços sociais comuns a todos os cidadãos . No contexto das Organizações não governamentais este atendimento é realiza em parceria com a APAE (Associação de Paes e amigos dos excepcionais) nas áreas da escolarização , profissionalização e reabilitação de pessoas com deficiência . O gráfico abaixo representa o total de escolas com atendimento especializado no município:



Em 2015 , foram instaladas na E.U.M. “São Francisco” e na EMEF “Ananias Custódio” salas de recursos para o atendimento dos alunos que necessitam de atenção especializada, o objetivo da educação municipal é expandir para todas as escolas onde possuam alunos com Laudo Especial. Ainda é tímida as ações de formação nas especificidades indicando a necessidade de esforços para implantação de um programa de política de formação que contemple as fragilidades educacionais nesta etapa de ensino.

## **4- METAS E ESTRATÉGIAS DAS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO DA EDUCAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE:**

**META 1 : Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.**

- 1.1 Instituir em regime colaboração entre a União e o Estado do Espírito Santo com vistas a expansão da rede pública da Educação Infantil segundo padrão de qualidade, considerando as peculiaridades locais ;
- 1.2 Definir metas de expansão da rede pública da educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais , em regime de colaboração entre o Município e o Estado e entre estes a União ;
- 1.3 Levantar a demanda de crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade ainda não matriculadas na rede pública de ensino, visando a ampliação da rede física escolar, dentro dos padrões de qualidade, atendendo as especificidades dessas etapas de ensino e suas diversidades, no sentido de garantir vagas em escolas próximas das residências dos (as) estudantes;
- 1.4 Estabelecer no primeiro ano de vigência do PME , normas , procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
- 1.5 Manter e ampliar em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, o processo de Construção e Reestruturação de escolas , bem como de aquisição de equipamentos , visando a expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil em conformidade com os padrões arquitetônicos do MEC , tendo em vista a ampliação em 60% do atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade e a universalização do atendimento de crianças.de 4 e 5 anos em tempo parcial e integral;

1.6 Garantir a manutenção e a preservação da estrutura física e do patrimônio material das escolas da educação infantil;

1.7 Garantir mobiliário, equipamentos, brinquedos pedagógicos, jogos educativos e outros materiais pedagógicos acessíveis nas escolas da educação infantil, considerando as especificidades das faixas etárias e as diversidades em todos os aspectos, com vistas à valorização e efetivação do brincar nas práticas escolares, durante o processo de construção do conhecimento das crianças;

1.8 Implementar gradativamente um sistema informatizado em 100% da rede pública de ensino, com acesso pela internet até o final de vigência deste plano , com intuito de possibilitar maior controle sobre as vagas existentes, facilitar a matrícula dos estudantes próxima a sua residência, assegurar que a matrícula de crianças nas escolas de educação infantil seja realizada na etapa correspondente à sua idade;

1.9 Assegurar a permanência do professor e Pedagogo em 100% nas escolas da educação infantil da rede pública municipal de ensino, por intermédio de concurso público e processo seletivo de DTs considerando a relevância destes profissionais para o desenvolvimento das atividades educativas;

1.10 Assegurar a permanência de no mínimo 1 cuidador a cada 25 crianças , em 100% das creches da rede pública municipal de ensino, considerando a importância deste profissional para o desenvolvimento das atividades destinadas às crianças de 0 a 03 anos;

1.11 Assegurar o atendimento de profissionais em parceria com as secretarias de saúde e ação social , de diversas áreas do conhecimento nas escolas da educação infantil: assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas e nutricionistas , objetivando o atendimento as especificidades das crianças destas faixas etárias;

1.12 Assegurar nas escolas de educação infantil calendário apropriado e planejamento de atividades educativas que contemplem as diversidades das crianças que se encontram em sala de aula, como as advindas do campo e outras expressões de multiculturalidade, visando a construção de uma sociedade mais igualitária;

1.13 Fortalecer, em regime de colaboração com a união e Estado , o programa nacional de transporte dos estudantes das escolas da educação infantil, moradores da zona rural, bem como ampliar e renovar a frota, garantindo também a acessibilidade aos estudantes com deficiência, a fim de reduzir a evasão e o tempo máximo do seu deslocamento;

1.14 Assegurar o acesso, permanência e qualidade do atendimento das crianças de educação infantil nas escolas da rede pública municipal em tempo parcial ou integral, conforme estabelecido em lei, e em parceria com a família, a comunidade e instituições afins, no redimensionamento e na execução do projeto político pedagógico das escolas, fortalecendo o trabalho coletivo e dinâmico, com vistas a educação integral da criança;

1.15 Estruturar, em regime de colaboração com os governos federal e estadual e parceiros de áreas afins, um ambiente tecnológico, com produtos inteligentes como jogos interativos, audiobooks, programas para computador, aplicativos educacionais etc. apropriados às crianças de educação infantil;

1.16 Implementar o sistema de avaliação institucional e processual de aprendizagem para todos os estudantes da rede pública municipal de educação no âmbito das escolas da educação infantil da rede conforme previsto nas diretrizes curriculares nacionais, a partir do acompanhamento e do registro sistemático e regular do desenvolvimento das crianças sem caráter de promoção, seleção ou classificação das mesmas, aperfeiçoando os mecanismos de acompanhamento, planejamento, intervenção e gestão da política educacional da Secretaria Municipal da Educação e Cultura – SEMEC;

1.17 Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior e pós superior;

1.18 Participar da avaliação nacional da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.19 Apoiar o regime de colaboração entre o Estado e a União , com vista ao atendimento das populações do campo na educação infantil , por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta e o deslocamento de crianças , de forma , a atender às especificidades das comunidades;

1.20 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às ) alunos (as) com deficiência , transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação assegurando a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.21 Garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino – aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento à população de 0 (zero ) a 5 (cinco) ano de idade.

1.22 Fomentar o acesso à educação infantil em tempo integral , progressivamente , a partir da zona urbana para todas as crianças de 0(zero) a 5 (cinco) anos de idade, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil, até o último ano de vigência deste PME;

1.23 Implementar em caráter complementar programa de orientação e apoio às famílias , por meio da articulação das áreas da saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade;

1.24 Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede municipal, garantindo o atendimento da criança de 0(zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte , visando ao ingresso do (a) aluno (a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.

**META 2 : Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.**

2.1 Participar em articulação com os entes federados da elaboração da proposta Curricular de direitos e objetivos de aprendizagens e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental ;

2.2 Pactuar com a União e Estado no âmbito da instancia permanente de trata o § 5º do art. 7º da lei 13.055/2014 a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagens e desenvolvimento que configurarão a base nacional curricular do ensino fundamental;

2.3 Realizar busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola ,em parceria com órgãos públicos de Assistência Social , Saúde e proteção à infância , adolescência e juventude, bem como fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários do Programa de Transferência de Renda e das situações de discriminação , preconceitos e violência na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as) , em colaboração com as famílias.

2.4 Assegurar à população do campo, a oferta do ensino fundamental nos anos iniciais nas próprias comunidades do campo,

2.5 Adequar de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos em lei , ate o último ano de vigência deste PME , a infra-estrutura física de todas as escolas de ensino fundamental da rede pública municipal , bem como a manutenção e preservação do patrimônio material e dos equipamentos das unidades escolares da rede pública municipal, tendo em vista a implantação do atendimento em regime integral, garantindo as especificidades das etapas , modalidades e diversidades , assegurando vagas em escolas próximas as residências dos (as) estudantes .

2.6 Assegurar as condições necessárias para a prática de atividades culturais e esportivas nas escolas da rede pública municipal de São Domingos do Norte, bem como promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais , objetivando a oferta regular das atividades dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural;

2.7 Fortalecer, em regime de colaboração com a união, o programa nacional de transporte dos estudantes do meio rural, desta etapa do ensino, bem como ampliar e renovar a frota, garantindo a acessibilidade aos estudantes com deficiência, a fim de reduzir a evasão e o tempo máximo do seu deslocamento.

2.8 Oferecer atividades extra curriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades , inclusive mediante certames e concursos municipal , estadual e nacional ;

2.9 Implementar progressivamente , a partir de 2016 , um sistema informatizado em 100% da rede de ensino, com acesso a internet, tendo em vista o controle e a disponibilização de dados entre as escolas e Semec.

2.10 Garantir e monitorar o programa nacional de alimentação escolar nas escolas da rede pública municipal, assegurando as peculiaridades das escolas de tempo parcial e de tempo integral.

2.11 Assegurar o atendimento de profissionais em parceria com as secretarias de saúde e ação social , de diversas áreas do conhecimento nas escolas de Ensino Fundamental : assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas e nutricionistas , objetivando o atendimento as especificidades das crianças destas faixas etárias.

2.12 Garantir o apoio administrativo e operacional a 100% das escolas da rede pública municipal visando seu pleno funcionamento.

2.13 Garantir a aplicação da política nacional de meio ambiente em todas as escolas de São Domingos do Norte.

2.14 Consolidar a proposta pedagógica, conforme as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental, a proposta curricular da rede municipal de educação e as orientações metodológicas específicas das escolas do campo.

2.15 Ampliar o número de bibliotecas escolares e garantir a manutenção e revitalização em cumprimento da legislação vigente, em 100% das escolas que até o último ano da vigência deste PME.

2.16 Garantir laboratórios de informática em todas as escolas de ensino fundamental com mais de 50 alunos , da rede pública do município e manutenção de 100% nas escolas já existentes possibilitando acesso as novas tecnologias de informação e comunicação.

2.17 Implementar o sistema de avaliação institucional e de aprendizagem da rede pública municipal de educação, aperfeiçoando os mecanismos para o acompanhamento pedagógico dos estudantes, visando torná-lo um instrumento efetivo de planejamento, intervenção, acompanhamento e gestão da política educacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.

2.18 Estabelecer parcerias e/ou convênios com todas as esferas governamentais, com a sociedade civil e com a comunidade, com vista a melhoria da qualidade de ensino, observando as especificidades das etapas e modalidades de ensino e garantindo a funcionalidade dos programas e projetos firmados em todas as escolas da rede pública municipal de ensino.

2.19 Promover a cultura da paz adotando os procedimentos para prevenção, acompanhamento e intervenção nas situações de violência ocorridas na escola, por intermédio de ações intersetoriais e segundo a legislação vigente.

2.20 Garantir a presença do professor apoio e ou estagiário do curso de pedagogia em sala de aula para viabilizar a alfabetização nos 3 primeiros anos do ensino fundamental nas escolas da rede pública municipal.

2.21 Assegurar aquisição e distribuição em todas as escolas, de materiais pedagógicos e equipamentos acessíveis, como jogos educativos lingüísticos, livros digitais e outras tecnologias educacionais para dar suporte à alfabetização .

2.22 Garantir que no sistema de avaliação institucional e pedagógico da rede pública municipal, seja incluído a avaliação da alfabetização na leitura, escrita e alfabetização numérica, a ser aplicada ao final do 1º , 2º e 3º anos do ensino fundamental analisando os resultados obtidos.

2.23 Implantar equipe de apoio pedagógico na SEMEC , para o acompanhamento escolar , planejamento e intervenções a partir dos resultados das avaliações de larga escala : Provinha Brasil , PAEBES/ALFA , e Prova Brasil.

2.24 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias ;

**META 3 : Universalizar , até 2016 , o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar , até o final do período de vigência deste PME , a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.**

3.1 Apoiar a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem de maneira flexível e diversificada , conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência , trabalho , linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Garantir em parceria com o Estado a fruição de bens e espaços culturais de forma regular , bem como a ampliação da prática desportiva , integrada ao currículo escolar ;

3.3 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio de acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de praticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial , de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.4 Garantir a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM , fundamentado em matriz de referencia do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados , articulando-o com o sistema nacional de avaliação da educação básica – SAEB , e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas públicas para a educação básica de

avaliação certificadora, possibilitam a aferição de conhecimento e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.5 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência;

3.6 Apoiar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários (as) de Programas de Transferência de Renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.7 Promover, em regime de colaboração , a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.9 Redimensionar , em parceria com o Estado , a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos (as) alunos (as);

3.10 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.11 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;

3.12 Fomentar a integração da educação de Jovens , Adultos e Idosos , no âmbito do ensino médio, com a educação profissional , compatível com as necessidades produtivas e com o

plano de desenvolvimento da cidade de São Domingos do Norte , observando as características do público da Educação de Jovens , Adultos e Idosos e considerando as especificidades das populações da zona rural;

3.13 Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular , preservando o seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional ;

3.14 Estruturar um sistema municipal de Formação Profissional em parceria com a União e o Estado ,articulando a oferta de formação das instituições especializadas em Educação Profissional com dados do mercado de trabalho na cidade de São Domingos do Norte e regiões adjacentes;

3.15 Promover, em regime de colaboração ,formação continuada de docentes do ensino médio em todas as disciplinas curriculares;

**META 4 : Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**

4.1 Contribuir na contabilização , para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, das matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494 / 2007;

4.2 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/ 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo, garantindo materiais pedagógicos e equipamentos tecnológicos acessíveis para o funcionamento das mesmas;

4.4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública municipal de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde ( fonoaudiólogos e fisioterapeutas ), assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6 Manter , ampliar e aderir a programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10 Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos,

das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14 Utilizar indicadores nacionais de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas municipais que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.15 Colaborar com os órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, na formulação de questionários para a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos;

4.16 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.18 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.19 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

4.20 Garantir o profissional cuidador em classes regulares , para atendimento dos estudantes com deficiências que apresentam dificuldades acentuadas na autonomia.

**Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.**

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2 Utilizar instrumentos de avaliação nacional e estadual periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5 Apoiar a alfabetização de crianças do campo e populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a a identidade cultural das comunidades;

5.6 Promover e estimular , em regime de colaboração , a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação lato sensu / stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.7 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.**

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3 Fomentar a execução do programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de

informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.5 Atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.6 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.7 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

6.8 Fortalecer políticas intersetoriais com ações de orientação e apoio às famílias por meio das áreas de saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral do estudante.

**META 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:**

7.1 Participar do pacto inter federativo para implantação das diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2 Assegurar , em parceria com o Estado , que até no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3 Instituir em colaboração entre a União e o Estado do Espírito Santo , um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infra-estrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4 Instituir processo contínuo de auto-avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infra-estrutura física da rede escolar;

7.6 Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

7.7 Utilizar indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngüe para surdos;

7.8 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices estadual e nacional;

7.9 Divulgar e acompanhar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.10 Melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido, de acordo com as seguintes projeções:

PISA	2015	2018	2021
Média dos resultados em matemática, leitura e ciências	438	455	473

7.11 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.12 Garantir, em regime de colaboração, transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos

entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.13 Desenvolver, em regime de colaboração , pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.14 Universalizar, em colaboração com a União e Estado , até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.15 Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.16 Aderir a programas de ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.17 Assegurar , em regime de colaboração , a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.18 Aderir e participar , em regime de colaboração, do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.19 Prover, em regime de colaboração , equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica,

criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.20 Colaborar na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação básica a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.21 Informatizar integralmente em parceria com a União e o Estado , a gestão das escolas públicas e da Secretaria Municipal da Educação e Cultura , bem como implantar um programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

7.22 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.23 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

7.24 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.25 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais e populações itinerantes respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições,

consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngüe na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

7.26 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo , incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;

7.27 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.28 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.29 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.30 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.31 Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União em articulação com o sistema nacional de avaliação e os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.32 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.33 Participar , em articulação com a União e o Estado, os Municípios do programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

7.34 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

**META 8 : Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**

8.1 Oferecer programas e tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2 Oferecer em parceria com a União e o Estado programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3 Apoiar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades públicas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma

concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

8.4 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.5 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

**META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**

9.1 Apoiar e assegurar em parceria com a União e o Estado a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos nas comunidades;

9.3 Apoiar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4 Apoiar e acompanhar programa nacional de transferência de renda para jovem e adultos que frequentarem curso de alfabetização ;

9.5 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração com o estado e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.6 Apoiar a realização da avaliação por meio de exames específicos , que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade;

9.7 Promover , em parceria com a União e Estado , ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.8 Apoiar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.9 Fomentar projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.10 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.11 Aderir a implementação de programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistidas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.12 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

**META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.**

10.1 Apoiar o programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2 Expandir , em regime de colaboração , as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo , inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4 Apoiar , em parceria com a União e o Estado, as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5 Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.7 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e

laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9 Aderir ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10 Apoiar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11 Apoiar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

**META 11: Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**

11.1 Acompanhar a expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2 Acompanhar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.3 Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4 Apoiar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5 Acompanhar a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.6 Acompanhar a ampliação do sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas;

11.7 Incentivar o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.8 Estimular a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.9 Divulgar os programas federais de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.10 Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive a divulgação de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.11 Utilizar os dados do sistema nacional de informação profissional, que articula a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores .

**META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.**

12.1 Acompanhar a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, de forma a incentivar e interiorizar o acesso à graduação;

12.2 Acompanhar a ampliação da oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional;

12.3 Apoiar , em regime de colaboração , a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.4 Apoiar, em regime de colaboração , a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.5 Divulgar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários

do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.6 Divulgar o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;

12.7 Apoiar ações que vissem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.8 Apoiar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.9 Fomentar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.10 Fomentar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.11 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

12.12 Divulgar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.13 Fomentar atendimento específico a populações do campo em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações;

12.14 Fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;

12.15 Divulgar o programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.16 Fomentar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.17 Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.18 Estimular a expansão e reestruturação das instituições de educação superior estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica;

12.19 Acompanhar os procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou reconhecimento de instituições, no âmbito do sistema federal de ensino;

12.20 Divulgar no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos - PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação;

12.21 Acompanhar o fortalecimento das redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

**META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.**

13.1 Acompanhar o processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

13.2 Colaborar com a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.3 Fomentar a elevação do padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu;

13.4 Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

13.5 Acompanhar a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos

resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

13.6 Acompanhar a formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos da educação superior.

**META 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 50 (cinquenta mestres ) mestres e 25 (vinte e cinco) doutores.**

14.1 Fomentar a expansão do financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento;

14.2 Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa;

14.3 Divulgar o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;

14.4 Fomentar a expansão da oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

14.5 Apoiar a implementação de ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo a programas de mestrado e doutorado;

14.6 Estimular a ampliação de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;

14.7 Divulgar o programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.8 Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;

14.9 Articular , em regime de colaboração, programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

14.10 Divulgar o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

14.11 Apoiar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;

14.12 Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional , bem como a gestão de recursos hídricos e geração de emprego e renda nas Comunidades;

14.13 Divulgar e estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

**META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

15.1 Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por

parte de instituições públicas de educação superior existentes no Estado e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2 Divulgar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

15.3 Apoiar a ampliar do programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.4 Participar da consolidação da plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.5 Fomentar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial;

15.6 Apoiar , em regime de colaboração , a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PME;

15.7 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.8 Apoiar a implementação, em regime de colaboração, de cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

15.9 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.10 Participar da política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

15.11 Divulgar e participar do programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem;

15.12 Apoiar o desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

**META 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação da União e do Estado.

16.2 Participar da política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.3 Apoiar o programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4 Participar da consolidação e utilizar o portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.5 Divulgar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

16.6 Fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

**META 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.**

17.1 Participar do fórum permanente constituído por iniciativa do Ministério da Educação, com representação da União, dos Estados, dos municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2 Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

17.3 Apoiar a implementação no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de

educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.4 Aplicar a assistência financeira específica da União aos entes federados na implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

**META 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a reformulação do plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica , tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.**

18.1 Estruturar a rede pública municipal de educação básica de modo que, até o final de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 70% (setenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2 Implantar, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3 Prever, no plano de Carreira dos profissionais da educação do município , licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.4 Participar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.5 Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.6 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação do sistema de ensino municipal , para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de carreira.

**META 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas do município de São Domingos do Norte.**

19.1 Elaborar em âmbito municipal legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional e estadual e considerando conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2 Fomentar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3 Apoiar o Fórum Permanente de Educação, responsável por coordenar as conferências municipais e estaduais , bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME ;

19.4 Estimular na rede municipal de educação a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5 Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e

educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares;

19.7 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8 Aderir aos programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como participar da prova nacional específica;

**META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do município no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**

20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração com a União e o Estado, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2 Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3 Apoiar a destinação à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de

petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

20.4 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;

20.5 Acompanhar por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estudo regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades;

20.6 Adotar o Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

20.7 Implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.8 Participar da articulação do Sistema Nacional da Educação em regime de colaboração com a União e o Estado, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos;

20.9 Cumprir a Lei de responsabilidade educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, aferida pelo processo de metas de qualidade por institutos oficiais de avaliação educacionais;

20.10 Cumprir os critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º da Lei 13.005/2014.

## **5- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**

O Plano Municipal de Educação, mantendo o princípio da participação democrática, é um documento que prevê a definição de metas e estratégias educacionais de São Domingos do Norte para a década - 2015 a 2025. O seu planejamento, organização e realização de ações integradas, entre os órgãos governamentais e da sociedade civil, tem como foco a qualidade da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e das modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial no município. Após sua aprovação, o PME responderá às expectativas e especificidades da educação para atender às comunidades domingueense nos próximos dez anos, de forma articulada com o PEE e o PNE, e em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/96 .Nesse contexto, faz-se necessário prever o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação que possibilitem ao sistema municipal de educação e cultura do município o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas neste PME.

À Secretaria Municipal de Educação e Cultura , órgão responsável pela gestão da política pública de educação, compete cumprir, monitorar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias do plano. A partir da aprovação do presente PME, serão realizadas, periodicamente, ações estratégicas de acompanhamento e avaliação, tais como: seminários, encontros de educadores municipais, audiências públicas e conferências municipais, divulgando para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME. Serão realizadas a cada dois anos, encontros com os profissionais da educação, comunidade , objetivando promover balanços dos resultados alcançados, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**  
***SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA***

**Gestão**  
**2013/2016**